

**HISTORIOGRAFIA DA DITADURA, MEMÓRIA E ESPAÇO PÚBLICO.
O CONE SUL EM PERSPECTIVA**

Nashla Dahás¹

Pós-doutoranda (PNPD-CAPES) do PPGH-UDESC

nashladahas@hotmail.com

Resumo: Desde os anos 2000, a memória - como tema, problema, objeto ou fonte – vem adquirindo maior espaço na historiografia brasileira da última ditadura, e contribuindo para a aproximação tensa e conflituosa deste campo com o espaço público e com as disputas políticas. Diante disso, o objetivo desta comunicação é produzir um panorama da produção historiográfica das ditaduras em Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, explorando suas potencialidades comparativas, com destaque para a emergência da memória e usos do passado em seus pontos de contato e intersecção com as discussões públicas acerca do período autoritário em cada país. Embora consideremos as semelhanças dos ciclos políticos na região, além das condicionantes globais da economia capitalista, faremos uso da História Comparada como base teórica segundo a qual exemplos estrangeiros e suas historiografias constituem campos fundamentais para ampliação do horizonte das problemáticas. Destacaremos, assim, as diferenças e peculiaridades dos processos abordados. Também nos acompanharemos as perguntas de José de Assunção Barros a respeito da aplicabilidade de uma visão histórica comparativa: o que comparar? Como comparar? E como lidar com os resultados da comparação? O tratamento dado à historiografia levará em conta reflexões de Paul Ricoeur e de Fernando Catroga a respeito das imbricações entre memória e história, do lugar da memória na historiografia contemporânea, assim como do papel historiográfico de produção, contestação e legitimação de representações do passado.

Palavras-chave: ditaduras no Cone Sul, historiografia da ditadura, memória política

¹ Pós-doutoranda e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC) entre setembro de 2017 e agosto de 2019. O estágio pós-doutoral esteve inserido no PNPD e contou com financiamento da CAPES.

Desde os anos 2000, a memória - como tema, problema, objeto ou fonte – vem adquirindo maior espaço na historiografia brasileira da última ditadura, e contribuindo para a aproximação tensa e conflituosa deste campo com o espaço público e com as disputas políticas. Diante disso, o objetivo deste artigo é produzir um panorama da produção historiográfica das ditaduras em Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, explorando suas potencialidades comparativas, com destaque para a emergência da memória e usos do passado em seus pontos de contato e intersecção com as discussões públicas acerca do período autoritário em cada país.

Aspectos da História do Tempo Presente, assim como da História Comparada e de estudos sobre Memória e História aparecerão ao longo do texto de forma inter-relacionada, de maneira que buscaremos fugir a um ‘decalque’ de conceitos ou mesmo de um uso *total* de categorias analíticas muito específicas de cada um desses campos da historiografia. Consideramos, entretanto, que alguns pressupostos nascidos do contato com tais leituras nos guiam, incidindo fundamentalmente em nossa abordagem e perguntas. Em outras palavras, acreditamos que reflexões de autores como Paul Ricoeur e Fernando Catroga a respeito das imbricações entre memória e história, do lugar da memória na historiografia contemporânea, assim como do papel historiográfico de produção, contestação e legitimação de representações do passado, produziram implicações destacadas no trato teórico e metodológico de nossos problemas, como também em sua própria formulação. A História Comparada, especialmente, emerge mais como uma necessidade relacionada à pluralidade espaço-temporal do objeto proposto - além de um pisca-alerta diante das imensas dificuldades que tal diversidade traz - do que como um encaminhamento teórico *à priori*. A seguir, a título de considerações iniciais, faremos breve apresentação de alguns pressupostos norteadores.

A respeito da construção e apreensão de nosso objeto, pretendemos identificar e analisar os diversos impasses historiográficos acerca das relações entre história e memória da ditadura no Cone Sul, considerando a pluralidade e publicidade das memórias, e, portanto, a emergência conflitiva de testemunhos como elemento de dignidade intelectual análogo à historiografia e necessário à credibilidade de nossa narrativa (RICOEUR, 2012). Assim, buscamos evitar a separação ou hierarquização entre história e memória, esforçando-nos por tecer nossa argumentação de acordo com

uma perspectiva não contínua de tempo e que reconheça a impossibilidade de distanciamento entre o sujeito-historiador e o seu objeto (CATROGA, 2006), esquivando-se, contudo, de um processo de identificação acrítica (LACAPRA, 2005).

Operamos os estudos historiográficos encarando-os a partir de seu poder de transmissibilidade e de fabricação de memórias em estreita relação com o espaço público entendido, por sua vez, como conjunto de locais de circulação de ideias e opiniões, mais ou menos tradicionais, desde a grande mídia e as instituições políticas *stricto sensu* às novas redes sociais, entre outras esferas e sociabilidades (MOTTA, 2016). Tal abordagem tornou-se cada vez mais essencial em nosso trabalho conforme nos deparamos com as desconfianças crescentes em relação à capacidade da historiografia acadêmica e do pensamento histórico moderno-ocidental (em geral) para compreender passados traumáticos recentes (BEVERNAGE, 2018).

À luz da História do Tempo Presente, reiteramos que o tratamento dispensado à politicidade e à carga ético-moral dos temas ligados à violência política do passado recente implicam, entre outras questões, reavaliação das bases epistêmicas da compreensão moderno-ocidental e ocidentalizada do tempo histórico, e a construção de categorias sensíveis de análise para pensar injustiças históricas e os seus passados vivos (PEREIRA; SEFFNER, 2018).

Nas quatro discussões historiográficas observadas - Brasil, Uruguai, Argentina e Chile -, buscamos analisar o *léxico e a sintaxe da temporalidade*, em nomenclatura utilizada por Paul Ricoeur (2012) para tratar das camadas de profundidade de certos passados na linguagem narrativa. Também nos preocupa a forma como, em cada país, o discurso historiográfico acolheu e-ou discutiu a categoria de dívida, ou do “dever de memória”, (nem sempre expresso nesses termos) entendido como a reivindicação de uma história criminosa, feita pelas vítimas e marcada por um apelo à justiça do presente (RICOEUR, 2003). Por fim, buscamos pensar, ainda que de forma panorâmica, sobre os lugares – em termos de espaços, valores e latências – atribuídos aos testemunhos na construção da escrita da história dos passados autoritários mais recentes. Em todo o caminho, ecoam as perguntas de José de Assunção Barros (2007) a respeito da aplicabilidade de uma visão histórica comparativa: o que comparar? Como comparar? E como lidar com os resultados da comparação?

Vale adiantar que, a despeito das inevitáveis simplificações que uma síntese de tema tão complexo implica, acreditamos que a observação do ‘estado da arte’ da produção de historiadores(as) da ditadura no Cone Sul pode oferecer bases plurais para a compreensão das oscilações da experiência democrática na região.

Impasses como pontos de partida. O ‘problema’ das memórias na historiografia das ditaduras no Cone Sul

No Brasil, a historiografia recente vem pautando o debate sobre a caracterização do golpe como “civil-militar” (REIS, 2004), em espécie de denúncia política do *esquecimento* sobre a participação civil naqueles acontecimentos. Nesse sentido do esquecimento, Mateus Henrique Pereira Neto observa que se pode considerar o país como uma exceção em relação aos seus vizinhos latino-americanos onde, por exemplo, as vítimas e seus representantes assumiram um amplo protagonismo memorial público. E retoma discussão bibliográfica sobre o assunto:

Gagnebin considera que “o Brasil não faz parte desse “Sul da América Latina” (2013, p.150). Na mesma direção, Carlos Fico destaca que, “diferentemente da Argentina (para mencionarmos um exemplo próximo), o traço marcante da memória sobre a Ditadura Militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças” (2012, p.50). Não se pode, no entanto, dizer que a nossa justiça transicional incompleta seja responsável pelos males de nossa democracia. Se assim fosse, teríamos que dizer que Argentina e Portugal vivenciam uma “qualidade” democrática superior à nossa. Porém, não sem razão, é no Brasil e na Espanha, que vivenciaram transições próximas, que as “comunidades de memória” aqui analisadas ganham mais visibilidade e adeptos. (PEREIRA NETO, 2015).

Em sentido análogo, Marcos Napolitano questionou o lugar efetivo da história oral e das memórias sociais na historiografia brasileira da ditadura. Em prefácio de livro recentemente organizado por doutorandos(as) de diferentes universidades intitulado *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*, o historiador sugeriu que a discussão vem ocupando um espaço no mínimo periférico no conjunto daqueles estudos. Entre as explicações possíveis para esse ‘problema’, Napolitano lembra que a história oral e os testemunhos sobre o regime militar caminharam desde muito cedo paralelos à historiografia que, em sua escalada como campo consolidado de pesquisa, optou majoritariamente pelos documentos tidos como

tradicionais; quais sejam, registros escritos produzidos no momento mesmo dos acontecimentos e submetidos posteriormente à rigorosa crítica de fontes.

Nessas circunstâncias, podemos dizer que entre os resultados desse processo peculiar ao Brasil de construção de sentidos históricos para o período autoritário mais recente, está a produção de uma historiografia em grande medida destituída de estudos sobre a subjetividade e pouco afeita à memória como objeto, fonte ou matriz da história. Consideramos, pois, que tais características possam ter implicações importantes para o *esquecimento* de que trata o termo “civil-militar”. Trata-se de uma questão em aberto.

O processo de autocrítica dos(as) guerrilheiros(as) também tem sido ponto alto de discussões historiográficas e produções autobiográficas com êxito editorial no Brasil, como em todo o Cone Sul. Por volta de 2015, ano em que reverberavam na academia os debates sociais provocados pela efeméride dos 50 anos do golpe, ganhou destaque a tese de Daniel Aarão Reis segundo a qual um exercício de reconstrução da memória havia sido operado entre as esquerdas perto de 1974. Esse processo teria sido responsável pela consagração do termo “ditadura militar” para lidar com o período iniciado em 1964 – ano do golpe civil-militar no Brasil –, assim como os “anos de chumbo” referentes à vigência do Ato Institucional Nº5 (AI-5) após dezembro de 1968, tido como momento de endurecimento da repressão política. Segundo o historiador, no seio de movimentos que incluíram a participação fundamental de grandes beneficiários da ditadura, setores da esquerda radical operaram “deslocamentos de sentido” (AARÃO, 2004) na narrativa construída após a derrota da luta armada, e que penderam do discurso revolucionário para o vocabulário da resistência democrática nos anos de 1970, e especialmente, após a lei de anistia em 1979.

Quanto a isso, consideramos que não cabe em nossa proposta apontar *per si* tais *deslocamentos*. Antes, como afirma Paul Ricoeur (2007), a experiência temporal e a operação narrativa se enfrentam direta e constantemente, ao preço de um impasse sobre a memória e sobre o esquecimento, ambos níveis intermediários entre tempo e narrativa. Dessa maneira, pode ser próprio do processo de construção e reelaboração de memórias, as alterações de sentido, sobretudo, quando postas em relação às suas condições (nesse caso, políticas) no momento da reelaboração.

Daniel Aarão é hoje professor titular de uma das maiores faculdades de história do Brasil. No final da década de 1960, participou da luta armada contra a ditadura militar, tendo integrado a direção de um dos grupos que participaram do sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, em troca da libertação de 15 presos políticos de esquerda (DARIN, 2006). Em 2007, colaborou ao lado de Jorge Ferreira com o projeto de escrever a *História das esquerdas no Brasil*, onde reafirmou posição tomada em trabalhos anteriores, segundo a qual há uma tendência à *vitimização* das esquerdas na historiografia construída sobre o período ditatorial. Destaca também a ausência de trabalhos de maior fôlego sobre os projetos revolucionários dos anos 1960 e 70:

Nós tínhamos um projeto revolucionário bifurcado, tinha diversas matizes, mas a nossa perspectiva era destruir a ditadura e, de cambulhada, o capitalismo. E nós somos apresentados como pessoas que queriam lutar pela democracia e pela justiça. Outro dia mesmo eu vi uma velha camarada, não vamos citar nomes aqui, porque não cabe, que estava recebendo a indenização dela pela Anistia, e aí um repórter perguntou: “Como é que você vê essa indenização?”. Ela disse: “Muito justa”. “E como é que você vê a sua luta do passado?” Ela disse: “Nós queríamos melhorar esse país.” Ora, melhorar esse país a minha mãe também queria. Os militares também queriam. Nós queríamos revolucionar esse país, nós queríamos construir o socialismo revolucionário nesse país. Como a pessoa pode ser capaz de reformular de tal maneira sua memória? Eu acho muito impressionante isso, é a segunda armadilha. As esquerdas revolucionárias foram reconstruídas como a esquerda da luta democrática no Brasil. Que são as falsificações da História. Só para completar: em 2008, quando completava-se 40 anos de 1968, houve uma grande exposição na UFRJ com vários professores, vários ex-companheiros meus dos anos 1960, numa grande, belíssima exposição. Um lugar inteiro de fotos, pôsteres e tal sobre 1968, chamada “Rebeldes Utópicos”. A palavra “revolução” não aparecia uma única vez! Nós éramos rebeldes, então nós éramos revolucionários! Disputávamos esse termo com a ditadura. O termo tinha tanto prestígio na época que a ditadura se autodenominou como revolucionária. O termo tinha prestígio, e depois desapareceu! As pessoas têm vergonha, ficam constrangidas e preferem se apresentar como a ala extrema-esquerda da luta democrática: “pegamos em armas porque não havia outro recurso. (REIS FILHO, 2011)

Esta é apenas uma perspectiva das disputas de memória que caracterizam o campo da história das esquerdas brasileiras, ao menos a partir de 1964. Mas deixa clara a dificuldade de reconstrução da história e da memória radical que compôs o quadro das forças políticas mais atuantes nos anos de 1960.

Em artigo recente sobre a historiografia da ditadura brasileira, Mariana Joffily (2017) enquadró a produção mais conhecida de Daniel Aarão Reis – *A revolução*

faltou ao encontro (1990) -, no circuito mais geral de rebaixamento do horizonte de expectativas da esquerda mundial com a queda do Muro de Berlim (1989). A historiadora reafirma a ideia de que o ano de 1989 constituiu um marco para o fim de uma era em que a experiência revolucionária socialista havia representado uma alternativa não apenas viável, mas pensada (e sentida) como inevitável, justificada a partir de uma interpretação do estado de desenvolvimento das contradições sociais no seio do capitalismo, sobretudo nos países do chamado terceiro mundo.

Sem dúvida, a perspectiva de Daniel Aarão Reis segundo a qual “as organizações revolucionárias brasileiras estavam preparadas, coesas e mobilizadas, em uma palavra, prontas – mas a revolução faltou ao encontro” (REIS, 1990, p.186) implica o questionamento da capacidade de sensibilidade dos movimentos para perceber o ritmo social das transformações possíveis ou imaginadas. Também nos permite pensar a dificuldade atual de discussão da radicalidade histórica e da memória política à esquerda no Brasil como parte desse desencontro fatal com o real – como sugerimos mais acima -, ou talvez o número reduzido de discussões de fôlego sobre os projetos revolucionários seja devido às formas de inserção política alcançadas por ex-militantes da esquerda radical em tempos mais recentes. São inesgotáveis as possibilidades e hipóteses legitimamente passíveis de problematização a partir das fontes sobre o tema. Mas este é apenas um caminho de representação e presença do passado.

Consideramos, contudo, que há um viés transnacional de percepção dos acontecimentos naquele presente um tanto menos fatalista e de grande articulação entre história e memória. Ou seja, sugerimos que a interpretação radical que resultava na inevitabilidade revolucionária estava sustentada também – para além do esforço científico de compreensão da dinâmica capitalista na América Latina -, em experiências sensíveis que incluíam um percurso internacional de produção acadêmica diaspórica, além de experiências pessoais de luta política e de repressão, entre as quais, o exílio, mas também a prisão política, o expurgo, a censura, a tortura.

Desde meados dos anos 2000, como apontamos anteriormente, uma série de acontecimentos - que vão desde a chegada do líder sindical vítima da ditadura Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República no Brasil, passando pelo crescimento de uma cultura de Direitos Humanos no cenário internacional, até a convergência de

estudos em múltiplas áreas para os temas do tempo e da temporalidade, sua aceleração e multiplicidade contemporânea -, a história oral, o testemunho e a memória não apenas ganharam espaço na historiografia, como contribuíram para aproximar o campo, de maneira tensa e conflituosa, do espaço público e das disputas políticas. Pode-se afirmar também que a emergência política e social de grupos de direita e de extrema direita no país, representados pela defesa de sentidos positivos acerca do regime militar, provocou reflexões na área acadêmica sobre o papel social do(a) historiador(a) e sua participação no processo social mais amplo de produção e transformação de consciência histórica .

Nesse sentido, o que parece estar em pauta no campo da História é a dimensão pública deste ofício, ou seja, a construção e principalmente a circularidade do conhecimento histórico. É neste ponto que a História Oral ganha importância fundamental. Tal como ressalta Juniele Rabêlo de Almeida em artigo recente para coletânea sensivelmente intitulada *Que história pública queremos?* (MAUAD, 2018), há uma imbricação estrutural entre a disponibilização de conteúdos e produtos resultantes do trabalho de história oral, e a compreensão das dimensões públicas dos procedimentos metodológicos escolhidos: “observação processual do “como fazer e como pensar a história oral” e os debates públicos decorrentes” (RABELO, 2018, p.103) . Desse modo, seriam constituintes de um trabalho de amálgama entre história oral e história pública, considerar e-ou compartilhar narrativas públicas, compreendidas pela autora como narrativas autorizadas e disponíveis em acervos abertos para consulta pública.

Nossa proposição, portanto, diz respeito a uma brecha na produção historiográfica da ditadura brasileira, com a qual buscaremos dialogar a partir da relação entre história oral, testemunho e memória, e o espaço público de forma comparada em parte do Cone Sul.

Na Argentina, onde as políticas de memória incluíram a responsabilização dos agentes do Estado autoritário, foi a *judicialização do passado* que trouxe grandes impasses para historiadores(as). Foi nesse sentido que os anos de 1990 consagraram a História Recente como campo de estudos voltado principalmente para o problema da última ditadura. Longe de um processo estritamente acadêmico, segundo Marina Franco

(2018), essa área da historiografia permanece marcada essencialmente pela relação com os espaços público, político e jurídico.

A historiadora acentua o caráter social de das problemáticas acadêmicas no período, com destaque para duas circunstâncias disparadoras: a impunidade, como ficou conhecido o período marcado pelas leis e decretos que frearam os julgamentos e indultaram os militares acusados de violação entre 1986 e 1990, e a decisão do juiz espanhol Baltasar Garzón que, em 1998, recorreu à figura de genocídio para acusar e julgar o general Augusto Pinochet e outros militares argentinos, estimulando processos legais dentro do país. De acordo com Marina Franco, rapidamente, o conceito adquiriu poder político mobilizador ligado às lutas de grupos associados aos direitos humanos.

Os anos 2000, por sua vez, são marcados pelo ciclo dos governos Kirchneristas na Argentina, em que o *terrorismo de Estado* e a década de 1970 estiveram no centro da política. Questões importantes que surgiram no interior da historiografia ao longo da década foram: como definir as vítimas e as motivações contra elas e, mais amplamente, como pensar o processo e o conflito político que está na base do crime estatal. No entanto, historiadores(as) ressaltam que, do campo dos direitos humanos, ou para aqueles que defendem a noção de genocídio nas ciências sociais, a consideração de tais questões, muitas vezes, é percebida como relativização da importância do crime, como ataque moral ou político, e não como discussão baseada no esforço de compreensão e conhecimento do passado-presente. Novamente, para Marina Franco, o cerne do problema está em diferenciar e cruzar (ou não) as esferas jurídica, política, humanitária e acadêmica, cada uma com suas lógicas de intervenção e ação distintas (ou não, segundo as variadas posições). Eis um ‘problema’ com o qual teremos de lidar se quisermos ressignificar e valorizar epistemológica e politicamente o papel da historiografia como produtora de memória no contexto atual da América Latina e ao Sul global.

Como no Brasil, um debate fundamental nos últimos vinte anos também se deu na Argentina em torno da noção de “ditadura civil-militar”. O conceito tem a intenção clara de enfatizar a participação, cumplicidade e-ou apoio de setores civis que integraram o bloco de poder “por trás” do golpe e do regime, com destaque para os grupos dominantes do poder econômico:

A emergência do termo surgiu em meio a um contexto de fortíssimo conflito público mantido entre o poder executivo – a cargo de Cristina Kirchner – com diversos grupos, entre os quais, setores econômicos centrais da cena política argentina a partir de 2008 como o conglomerado de empresas lideradas pelo grupo do diário Clarín, além dos grandes produtores rurais contrários às políticas de retenção das exportações. [...] De acordo com o discurso governamental, o conflito com esses grupos estava associado a sua condição de “cúmplices” do terrorismo de Estado durante a ditadura. Assim, a noção de ditadura civil-militar ajudava a instaurar algo silenciado: o apoio e participação daqueles agentes no passado recente, além de deslegitimar a sua ação no presente (FRANCO, 2018).

Embora a ampliação do campo das responsabilidades judiciais a respeito das diferentes formas de participação dos grupos e sujeitos na ditadura tenha contribuído para a consolidação do termo ditadura civil-militar na academia em substituição da noção de “ditadura militar”, pode-se dizer que, na Argentina, tratou-se eminentemente de uma estratégia narrativa tomada desde o Estado, o que lhe deu contornos muito específicos em relação aos processos similares no Cone Sul. Em outras palavras, gostaríamos de colocar a seguinte questão: quais os desdobramentos específicos do ‘dever de memória’ evocado ou apropriado pelo próprio Estado, em contrapartida dos casos em que essa bandeira política esteve majoritariamente a cargo dos movimentos sociais? Quais são as singularidades das manifestações de presença do período autoritário nessas circunstâncias? Que tipo de enquadramento discursivo e performático de *operacionalização da memória* foi realizado pelos governos argentinos e como isso influenciou suas relações com os movimentos de familiares de mortos e desaparecidos, e de direitos humanos em geral?

Em trajetória igualmente singular, a “Nova História Social” chilena trabalhou com a longa duração para lidar com os conflitos políticos e as memórias emergentes desde os anos de 1980. Assim teria se iniciado a afirmação da história recente naquele país, segundo Veronica Valdivia (2018). De acordo com a historiadora, em fins daquela década, já havia certo consenso nas ciências sociais sobre o caráter ditatorial do regime de segurança nacional sob a influência estadunidense, fortemente repressivo, excludente e antidemocrático, contra a soberania popular. Nessas circunstâncias, emergiu um novo sujeito popular, nascido do “baixo povo”, academicamente visível através da ascensão da história oral e da memória. Verônica Valdivia afirma que essas “populações de emergência” adquiriram protagonismo especialmente durante o governo da Unidade Popular - liderado pelo presidente Salvador Allende (1970-73) -, através das tomadas de

propriedades urbanas. Foram vítimas de brutal repressão após o golpe de Pinochet em 1973 em razão do vínculo entre os grupos com a esquerda radical, além de protagonistas de protestos contra a ditadura. Para a tessitura da história desses sujeitos, a historiografia chilena da ditadura mobilizou os estudos das subjetividades e discutiu a relação de autonomia entre as populações periféricas e os partidos políticos. Nesse contexto, também ganhou foco a forte crítica ao caminho transicional *negociado* com a ditadura (VALDIVIA, 2018).

Na construção e divulgação da “Nova História Social” chilena, destacou-se o historiador Gabriel Salazar ao desafiar, nos de 1980, a imagem e o imaginário nacional mais tradicional que acabava por corroborar teses da direita e de seus intelectuais segundo a qual o golpe de 1973 se relacionava estritamente ao processo de transformação estrutural iniciado em meados dos anos de 1960, com a reforma agrária e a insurgência popular. Ou seja, o tempo presente era majoritariamente interpretado a partir da responsabilização do passado recente de lutas sociais, entre as quais, as reivindicações por moradia e reforma agrária. Salazar defendeu que o golpe e a ditadura, na verdade, ligavam-se a processos de longa duração que vinham estruturando as relações sociais e políticas chilenas desde o século XIX. Marcadamente, o historiador situou as origens do tempo presente no período de formação e crise da sociedade popular chilena naquele século.

Desse modo, a história do tempo presente no Chile constituiu-se, sobretudo, como uma história da longa duração, desconsiderando-se, por este caminho, a existência de fronteiras rígidas entre a ditadura e a democracia. Ditadura e pós-ditadura vêm sendo interpretados, em grande medida, no interior de ciclos e processos, estabelecendo o que poderia ser visto com um paradoxo: embora a historiografia chilena da ditadura privilegie um recuo temporal mais amplo como forma de compreender o passado recente, essa mesma abordagem evita a separação rígida entre os tempos históricos e atribui legitimidade à memória política do período autoritário como parte do presente.

Vale destacar também, como questão incontornável a quase toda historiografia chilena sobre a ditadura, o tema do giro neoliberal da era pinochetista e as Forças Armadas como protagonistas do golpe. Pesquisas específicas buscaram compreender o percurso ideológico das ideias neoliberais ao longo do século XX e apontaram para a

convergência entre a influência norte-americana no pós-guerra, com suas teses de segurança nacional, e o reordenamento econômico mundial – substituindo o estatismo desenvolvimentista, em sintonia com o fordismo e o Keynesianismo, predominante até então na caserna. Tal temática teve um impacto importante na reflexão sobre o caráter da ditadura, discutido, sobretudo, pelos sociólogos que caminharam da imagem exclusivamente repressiva do regime, para sua natureza refundacional - caracterizada exatamente pelo projeto neoliberal. A obra central sobre a questão é o livro de Tomás Moulian *Chile actual. Anatomía de un mito* (1997), com mais de 20 reedições.

No contexto dessas pesquisas, surgiu o problema comum na historiografia da ditadura no Cone Sul, da participação civil na conspiração e deflagração do golpe, e para a constituição e permanência das ditaduras. Assim, a única ditadura essencialmente neoliberal da região teria contado com importante peso dos atores civis ligados a economia mundial, contrários ao nacional-desenvolvimentismo e ao capitalismo keynesiano, assim como à democracia representativa. Em outras palavras, há um caráter classista muito evidente que marca o processo histórico e as memórias da violência da ditadura no Chile e que constitui, em nossa percepção, a chave para entender a opção pela longa duração da análise historiográfica. É a fundação nacional liberal e profundamente excludente do Estado chileno que aparece como raiz fundamental dos conflitos que geraram o golpe; e não apenas as disputas políticas no período do governo Allende. Por essa razão, é possível observar a construção de identidades de luta temporalmente sobrepostas nas memórias do passado recente, desde a evocação do sangue guerreiro dos(as) indígenas antepassados até a última geração de revolucionários(as) socialistas e resistentes à ditadura.

A questão da participação civil no contexto da ditadura chilena torna-se ainda mais sensível quando nos voltamos para os dois plebiscitos que definiram os rumos do regime. O primeiro ocorreu em 1980, quando a Constituição pinochetista foi ratificada, e o segundo plebiscito decidiu sobre a continuidade ou o fim da ditadura em 1988. Apenas 3 anos depois, em 1991, o Informe Rettig reconheceu uma série de violações cometidas estabelecendo-as como um fato histórico inegável no país.

A historiografia da ditadura uruguaia é honrosa exceção a mencionar a teoria da dependência e o “transito teórico” da esquerda intelectual entre os anos de 1970 e 1990.

De acordo com Aldo Marchesi e Vania Markarian (2012), na segunda metade dos anos de 1960, surgiram os primeiros esforços de compreensão do avanço de um novo tipo de regime autoritário no Cone Sul. Trata-se de um enfoque marcadamente estrutural, íntimo da esquerda militante de matriz marxista, com raízes na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e nas teorias da dependência. Tais reflexões resultavam de uma intersecção entre debates acadêmicos e discussões políticas em dimensão regional e periférica.

Ainda segundo Marchesi e Markarian (2012), entre fins dos anos de 1980 e o começo da década de 1990, emergiram os testemunhos como uma necessidade de compartilhar em público as experiências difíceis dos anos anteriores. Os(a) autores(a) destacam que as obras dedicadas a narrar o sofrimento da tortura e o encarceramento se transformaram em êxitos editoriais e referências centrais dos debates públicos. Vale observar que talvez, o único país em que os testemunhos da tortura não se converteram em objeto de livros tão bem sucedidos editorialmente no Cone Sul seja o Brasil.

A aprovação da “Lei de caducidade da pretensão punitiva do Estado” em 1986 contribuiu para que as memórias da ditadura adquirissem nova dimensão de repercussão pública. A Lei paralisou os processos de responsabilização judicial pelas violações aos direitos humanos cometidas por militares e polícias em território nacional desde o golpe de 1973 até o fim da ditadura, em março de 1985. A historiografia aponta para este como um momento de desmobilização dos movimentos sociais e de frustração evidente de parte da esquerda e da comunidade acadêmica. Esses setores haviam sido vitoriosos no plebiscito de 1989 convocado pelo Estado, e que legitimou a reforma constitucional necessária à punição dos responsáveis pelos crimes da ditadura. Como resultado da Lei de caducidade, debates e pesquisas sobre a ditadura e a transição ficaram como que ‘suspensos’.

Nas circunstâncias descritas, foram os psicanalistas Marcelo Viñar e Maren Ulriksen de Viñar que avançaram nas reflexões sobre memória coletiva. Em 1993, eles publicaram *Fracturas de la memoria. Crônicas para una memoria por venir*, onde buscaram compreender os efeitos da repressão política sobre as vítimas do regime. No limiar entre a literatura e a disciplina histórica, o livro traz testemunhos de militantes de esquerda sobre as diferentes estratégias psíquicas desenvolvidas nos limites da dor. As

abordagens e vocabulários dispostos nos permitem afirmar com certa segurança que compõem a obra tanto uma concepção de História como terapêutica, quanto um entendimento de memória como catarse. Outro campo que canalizou o esforço intelectual ligado ao tema da ditadura e em especial das memórias da ditadura foi o dos estudos culturais, dedicados às representações do regime autoritário nos relatos nacionais. Referências importantes que circularam no Uruguai e adquiriram expressão no debate nacional são Nelly Richard, Hugo Achugar e Beatriz Sarlo. Em artigo sensivelmente intitulado *Memoria contemplativa y memoria crítico-transformadora* (2014), Nelly Richard problematiza as contribuições culturais associadas a *pós-memória* – definida como uma relação com o passado que não se refere a experiência daqueles(as) que viveram o trauma, mas enfoca os registros culturais produzidos por aqueles(as) que nasceram à sombra dessas recordações -, em sua capacidade de ativar ou desativar as recordações.

Sem nos deter na análise do artigo de Nelly Richard, o que gostaríamos de ressaltar é que o exemplo historiográfico uruguaio nos permite refletir simultaneamente sobre diferentes aspectos das relações entre memória, história e historiografia que emergiram na América Latina das últimas décadas. Entre elas, destacamos sua constituição bibliográfica transdisciplinar sustentada fundamentalmente pela visibilidade, mas também pelo debate teórico e epistemológico da relação entre memória e história da ditadura.

Ao longo do texto, buscamos levantar questões (que consideramos ainda pouco exploradas) a partir de um panorama das historiografias da ditadura em Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, destacando as abordagens e lugares atribuídos à memória na discussão do passado recente nesses países. Recorremos às advertências de Fernando Catroga (2001) a fim de melhor compreender a potencialidade memorialística da produção historiográfica, além de sua tendência (ocidental) de desvalorização dos testemunhos, frequentemente associados à literatura ou à militância política de maneira desqualificadora. Enfatizamos as diferentes formas de abordagem e de estatuto da memória no interior da História do Tempo Presente como campo de estudos específicos no Cone Sul entendendo que, talvez, este possa ser um caminho de aprofundamento da

compreensão histórica, mas também de refundação de uma memória coletiva capaz de rechaçar moralmente nossa última ditadura.

Bibliografia consultada:

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

DELLAMORE, Carolina, AMATO, Gabriel, BATISTA, Natália (Orgs.) *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. 1ed; Belo Horizonte: Letra e Voz, 2017.

DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *Varia Historia*, vol. 28, n. 47, p.43-59, 2012.

FICO, Carlos. *O grande irmão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCO, Marina. La última dictadura argentina en el centro de los debates y las tensiones historiográficas recientes. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 138 - 166, jan./mar. 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Enterrer les morts”. In: DOSSE, François; GOLDENSTEIN, Catherine (org.). *Paul Ricoeur: penser la mémoire*. Paris: Seuil, 2013. p.149-164.

JOFFILY, Mariaba. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

MARCHESI, Aldo, MARKARIAN, Vania. “Cinco décadas de estudios sobre la crisis, la democracia y el autoritarismo en Uruguay”. *Historia y problemas del siglo XX* | Año 3, Volumen 3, 2012.

MAUAD, Ana Maria, BORGES, Viviane Trindade e SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura no Brasil entre memória e história”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras militares. Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

REIS, Daniel Aarão. Entrevista concedida a Mariana Joffily e Sergio Luis Schlatter, publicada em *Tempo e Argumento*, Revista do Programa de Pós Graduação em História da UDESC – Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, v.3, n.1, p.239-255; jan-jun de 2011.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois, (1964-2004)*. SP: Edusc, 2004; pp. 29-52.

REIS, Daniel Aarão; Sá, J. F. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

REIS, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1994, 3 tomos.

RICOEUR, Paul. “A marca do passado”. *História da historiografia*. Ouro Preto, número 10, dezembro, 2012, pp. 329-349.

RICOEUR, Paul. Publicado em *Esprit*, no210 (1995), pp. 77-82. Texto de uma conferência proferida no Templo da Estrela, na série “Dieu est-il crédible?”. Foi pela primeira vez publicado em português na revista *Viragem*, nº21 (1996), pp. 26-29, e republicado in HENRIQUES, Fernanda (org.). *Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal*. Porto: Edições Afrontamento, 2005, pp. 35-40.

_____. “A crise da consciência histórica na Europa”. Conferência realizada no Simpósio Internacional Ética e o Futuro da Democracia, organizado pela Sociedade Portuguesa de Filosofia em 25-28 de maio de 1994, Lisboa. Tradução de Carlos Thadeu de Oliveira.

SALAZAR, Gabriel. *Villa Grimaldi (cuartel terranova) historia, testimonio, reflexión: funcionamiento y rutinas represivas del principal centro de detención, tortura y exterminio*. Santiago: Lom, 2013.

SALAZAR, Gabriel. *Movimientos sociales en Chile: trayectoria histórica y proyección política*. Santiago: Lom, 2012.

SALAZAR, Gabriel. *En el nombre del poder constituyente*. Santiago: Lom, 2011.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. São Paulo: Cia das Letras, 2007

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. “Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 167 - 203, jan./abr. 2018.

VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren Ulriksen de. *Fracturas de memoria: Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Trilce, 1993.